



Concorrência Internacional nº 02/2017

ANEXO 51

MODELO DE DECLARAÇÕES



ANEXO 51

MODELO DE DECLARAÇÕES

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2017 – CONCESSÃO ONEROSA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Prezados Senhores,

A (denominação social da LICITANTE individual ou da empresa integrante do consórcio) apresenta os documentos exigidos para a sua habilitação, nas condições estabelecidas no EDITAL, e declara, em atendimento ao item 13.7.1, incisos (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) do EDITAL, e sob as penas da lei, que:

- (i) se encontra, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/1993, em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- (ii) não se encontra em processo (a) falência; (b) liquidação judicial ou extrajudicial; (c) insolvência; (d) administração especial temporária; ou (e) intervenção;
- (iii) não há fatos impeditivos para a sua participação desta na LICITAÇÃO, uma vez que:
 - a) não foi declarada inidônea por qualquer esfera federativa, não estando proibida de licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA por estar incluída no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ambos do Governo Federal, e no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP do



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ESTADO, instituído nos termos do artigo 5º do Decreto Estadual n.º 60.106/2014;

- b) não está em cumprimento de pena de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de São Paulo;
 - c) se compromete a comunicar ocorrência de quaisquer fatos supervenientes relacionados com o objeto desta Declaração; e
 - d) não está condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei Federal n.º 9.605/1998;
- (iv) nenhum de seus diretores ou gerentes foi condenado por quaisquer dos crimes ou contravenções previstos no artigo 1º da Lei Estadual n.º 10.218/1999;
- (v) se encontra regular perante às Normas de Segurança e Saúde no Trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
- (vi) tem ciência de que a existência de registro no CADIN ESTADUAL impede a contratação com o PODER CONCEDENTE, de acordo com a Lei Estadual n.º 12.799/2008;

São Paulo, [•] de [•] de 2017.

(assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es)
da LICITANTE individual ou de cada empresa consorciada integrante do consórcio)

**É necessário o reconhecimento de firma.*

Ainda deverá ser apresentada a seguinte declaração:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

A *(denominação social da LICITANTE individual ou da empresa líder do consórcio)* ainda declara, sob as penas da lei e em atendimento ao item 13.7.1, inciso (vii) do EDITAL, que:

- (a) se sujeita a todas as condições do EDITAL;
- (b) tem pleno conhecimento dos SERVIÇOS CONCEDIDOS;
- (c) responde pela veracidade de todas as informações constantes da documentação e da PROPOSTA apresentadas;
- (d) recebeu todos os elementos componentes do presente EDITAL e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da LICITAÇÃO, tendo considerado suficientes as informações recebidas para a elaboração da sua PROPOSTA;
- (e) no caso de vencer a LICITAÇÃO, se compromete a atender aos termos fixados neste EDITAL e em sua PROPOSTA.

São Paulo, [•] de [•] de 2017.

(assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es)
da LICITANTE individual ou da empresa líder do consórcio)

**É necessário o reconhecimento de firma.*